

**ATA DA 4ª REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
ESTADUAL DE VALIDAÇÃO E
ACOMPANHAMENTO DO SISA,
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE
2015.**

Em dez de agosto do ano de 2015, das quatorze horas e trinta minutos às dezessete horas e trinta minutos, na sala de reuniões do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais, localizado na Avenida Nações Unidas, nº 233, Bosque, Rio Branco/AC, realizou-se a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (Ceva) do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre (SISA). A Coordenadora da Ceva, Sra. Joci Aguiar conduziu a reunião, que tratou da seguinte pauta:

1. Análise e finalização do Relatório da Revisão Internacional (nova versão);
2. Avaliação e finalização da Colheita de Resultados (exercício de identificação de resultados relevantes em relação às salvaguardas);
3. Mini sessão sobre técnicas de comunicação.

Joci Aguiar (GTA) iniciou a reunião dando as boas-vindas à representante do Comitê Internacional de Padrões Socioambientais REDD+, Aurélie Lhumeau; agradeceu a colaboração dela na construção do processo e na revisão do relatório de salvaguardas socioambientais; além do apoio que a Iniciativa Internacional estava fornecendo para realização dos seminários regionais de gênero, que tinham como principal resultado a formação do Grupo de Trabalho de Gênero da Ceva.

Pável Jezek (WWF/IMC) comentou a pauta da reunião; explicou que o primeiro documento a ser abordado falaria sobre o avanço das salvaguardas no Acre. Referiu-se à visita que quatro membros do Comitê Diretor da Iniciativa Internacional para Salvaguardas Socioambientais fizeram ao IMC em abril de 2014. O Comitê elaborou o relatório apresentado em julho do mesmo ano. No momento seriam dados passos para finalizar o comentário ao relatório chamado “Revisão Internacional” de todo o processo. Também seria apreciado o documento, produto de uma consultoria chamada “Colheita de Resultados”, que se referia aos resultados da comparação entre o antes e o depois da orientação da Iniciativa Internacional para o uso das salvaguardas no Acre. Acrescentou que ambos os produtos objeto de análise daquela reunião iriam ajudar a consolidar as salvaguardas no SISA; auxiliariam também Aurélie Lhumeau e equipe internacional a divulgarem a experiência do Acre em outros países. O último ponto de pauta, acerca de técnicas de comunicação, seria abordado caso houvesse tempo.

1. Análise e finalização do Relatório da Revisão Internacional (nova versão)

Aurélie Lhumeau cumprimentou a todos e passou a dirigir os trabalhos para o Relatório da Revisão Internacional. Explicou que aquele relatório, feito por uma equipe composta por membros do Comitê Diretor Internacional no ano anterior, foi alvo de muitas discussões com o IMC, pois a primeira versão dele não foi considerada muito “amigável”, o que dificultava sua compreensão. Então prepararam a segunda versão do

relatório, que estavam propondo revisar com a Ceva. Assinalou a importância da Revisão Internacional, por se tratar de um processo que estava avaliando a qualidade de um processo continuado, para utilização das diretrizes e ferramentas da Iniciativa e para abordagem de salvaguardas que fosse participativa, transparente e abrangente.

Afirmou que seria muito importante que o relatório fosse aprovado pela Ceva, para que depois fosse aprovado pelo Comitê Diretor da Iniciativa Internacional e, então fosse incluído na parte de salvaguardas do Programa Jurisdicional. Explicou que a segunda versão do relatório que foi enviada aos membros na semana anterior tinha duas sessões. A primeira teria as conclusões das respostas às perguntas-chave sobre o processo de salvaguardas participativo, transparente e abrangente. A segunda parte apresentava a conclusão sobre a aplicação dos dez passos do processo, seguidos por eles (Ceva).

Informou que a ideia para aquela reunião era que pudessem revisar as conclusões de cada parte. Mostrou um resumo das conclusões a serem discutidas e propôs que os membros tivessem até o próximo dia 18 para enviar qualquer comentário adicional que tivessem e que esses comentários seriam inseridos em uma nova versão, a ser submetida à aprovação na próxima reunião da Ceva.

Explicou que esperava que os membros da Ceva avaliassem as conclusões apresentadas, provendo comentários ou sugestões concretas, ou mudanças, se achassem que havia elementos das conclusões que não estavam corretas, apropriadas, adequadas, para então desenvolver uma versão final.

Disse que a avaliação havia sido feita por eixos. E que as diretrizes foram usadas como orientação para seguir o processo. Disse ainda que no resumo havia perguntas e cada pergunta estava organizada de acordo com três pontos: fortes, fracos e as recomendações para melhorar no futuro. Procedeu à avaliação diante da plenária da Ceva, por meio da apresentação de cada pergunta-chave e suas respostas; e conseguinte questionamento aos membros, sobre suas percepções.

O aspecto dos “Grupos de titulares de direitos e atores relevantes envolvidos no processo” foi apresentado por Aurélie Lhumeau e referente a isso, a constatação de que muitos povos indígenas não haviam participado do processo foi apontada no relatório como um ponto fraco.

Stoney Pinto (IMC) questionou se os povos indígenas mencionados foram consultados sobre não terem participado porque assim decidiram ou por terem sido excluídos do processo.

Joci Aguiar se manifestou concordando com o ponto fraco identificado no documento, considerando a participação do setor privado limitada à Asimanejo, e dos pequenos produtores, que tiveram dificuldades de entender as salvaguardas. Porém, discordou em relação aos povos indígenas, declarando que os grupos que ficaram fora do processo, assim o fizeram por opção própria. Acrescentou que durante a construção do processo de salvaguardas, os povos indígenas foram os que mais tiveram capacitações e oficinas realizadas. Disse que quando os índios não podiam participar ou suas áreas eram de difícil acesso, a equipe de facilitação ia até eles. Citou exemplos como do rio Jordão, do rio Moa, do rio Gregório e em Assis Brasil. Concordou plenamente com as recomendações apontadas, porém, em relação aos agricultores, seringueiros e aos demais convidados afirmou que mesmo havendo convite e processo de mobilização, a participação foi pequena.

Aurélie Lhumeau assinalou que haveria ainda oportunidades de adicionar comentários a respeito do relatório, considerando os membros que não puderam estar presentes na reunião, pois aquele momento se tratava de mais uma revisão. Prosseguiu com a discussão seguinte, acerca do interesse de diferentes

atores da governança do processo, o que foi considerado completamente cumprido. Ressaltou os pontos fortes identificados, referindo-se à Ceva ter assumido o papel de Comitê Local de Padrões e ter sido responsável pela tomada de decisão, assim como ter havido a criação do Grupo de Trabalho Indígena para garantir que os interesses deles fossem levados em consideração. Referiu-se também ao ponto fraco identificado como ausência de um processo verificado e transparente, capaz de garantir a igualdade da participação das mulheres em questões de decisões. Por outro lado, reconheceu o esforço para superar esse ponto, iniciado em 2014 e que a Ceva estaria mudando isso com a criação do Grupo de Trabalho de Gênero em 2015 e com as oficinas de capacitação, o que representava um bom exemplo do ponto fraco sendo transformado em ponto forte. Sugeriu que poderia ser incluído um representante local na equipe juntamente com o IMC para facilitar a divulgação dos processos de salvaguardas.

Joci Aguiar indicou o Pável para assumir essa tarefa, considerando que o papel de facilitação estaria contemplado no plano de trabalho dele, como consultor do WWF. E solicitou a manifestação dos demais membros.

Fernanda Fonseca (Embrapa) concordou com a sugestão da Joci e comentou que na experiência de outros grupos, estes sempre trabalhavam melhor quando uma instituição podia financiar uma pessoa especificamente para desempenhar uma determinada função.

Cristina Lacerda (Sema) chamou atenção para o ponto forte que mencionava a Ceva como responsável pela tomada de decisão. Ela discordou dessa afirmativa, pois considerou que a Ceva representa um braço executor dos três Conselhos. A Ceva teria a competência técnica de estudar e analisar processos, orientar e indicar caminhos, mas a decisão final seria dos três conselhos.

Aurélie Lhumeau passou para o próximo ponto, que tratava da qualidade do processo de interpretação para desenvolver indicadores específicos para o Acre. Apresentou os pontos fortes e fracos e questionou se havia algum comentário. **Stoney Pinto** comentou que a linguagem dos indicadores não era tão simples. **Ricardo Mello** (WWF) argumentou que mesmo com todo esforço para simplificar, os indicadores continuavam muito complexos para monitorar.

Aurélie Lhumeau continuou a consulta, sobre a qualidade do processo de avaliação para trabalhar o Relatório de Autoavaliação das Salvaguardas. Os pontos fortes foram que a avaliação foi muito detalhada e forneceu informação sobre a maioria dos indicadores, através de um processo participativo; também, os resumos forneceram informações sobre as lacunas e desempenho que podiam fornecer a base para melhorias futuras para avaliar as salvaguardas do SISA; identificar as lacunas que podiam ser usadas para o desenvolvimento do plano de ação para seguir melhorando. Dos pontos fracos, o primeiro é que não foi observado o desenvolvimento de um plano de monitoramento específico adaptado para o período de avaliação atual e que a falta de ideias do plano de monitoramento levou a um relatório de autoavaliação, que não dispunha de informações detalhadas que mostrassem o desempenho durante o período de avaliação; também que o relatório de avaliação dependia de várias declarações das leis e não fornecia informações específicas do progresso da implementação do indicador ou das leis que foram declaradas. Então passou recomendações: primeiro definir o âmbito da avaliação e obter a aprovação da Ceva para o âmbito e definir quais seriam os componentes do programa a serem avaliados, e preparar uma versão do plano de monitoramento para avaliação atual, quer dizer para o período de avaliação do momento, que especificaria quais indicadores seriam monitorados e acrescentar uma lógica do por que alguns estariam excluídos. Continuou explicando que isto significava identificar quais indicadores podiam ser monitorados

no momento e quais não podiam ser, porque talvez o programa não estivesse suficientemente avançado, mas que poderiam ser monitorados no futuro.

Deu outra recomendação: incluir informações sobre quem seria responsável para coletar e fornecer informações de um plano de monitoramento para cada indicador e fornecer mais detalhes do plano de monitoramento sobre as informações específicas coletadas e os métodos de coleta para poder justificar se o indicador foi cumprido ou parcialmente cumprido.

Joci Aguiar argumentou que o plano de monitoramento já havia sido feito. **Pável Jezek** confirmou o fato, porém disse que não foi explicado por que foi avaliado como cumprido, parcialmente cumprido ou não cumprido. E interpretou que a Aurélie Lhumeau estava sugerindo acrescentar uma informação que qualificasse e explicasse por que foi avaliado dessa forma e qual era a parte não cumprida, no caso de ter sido avaliado parcialmente cumprido. Deu o exemplo da existência da Secretaria de Políticas para Mulheres, que representava um cumprimento parcial de salvaguardas, mas não foi explicado por que era parcial. Talvez porque na época não existisse uma política definida da atuação dessa secretaria; não existissem atividades realizadas.

E sugeriu falarem da capacidade e da prioridade de monitoramento, visto que naquele momento do Sistema seria relevante priorizar e monitorar o cumprimento de resultados, pois talvez nem todos os 52 indicadores tivessem a ver com resultados. Muitos tinham a ver apenas com desempenho das políticas públicas do Estado. As políticas existiam, mas os indicadores não informavam se elas estavam sendo aplicadas e quais os resultados que elas apresentavam. Sugeriu focar em uma primeira fase de implementação do monitoramento, e priorizar alguns indicadores mais focados em resultados.

Aurélie Lhumeau comentou que seria interessante definir quais seriam os indicadores a monitorar no primeiro momento, levando em conta os avanços do Programa, pois nem todos poderiam ser monitorados; e talvez ao se repetir a avaliação depois de cinco anos, poderiam ser incluídos mais indicadores porque com um programa mais avançado poderiam ser monitorados mais resultados também. Considerou que isso não havia ficado bem claro no Relatório de Autoavaliação, que naquele momento não seria possível monitorar todos os indicadores porque o componente relacionado não havia sido implementado ainda, por exemplo. Recomendou justificar por que monitorou vinte indicadores e não 52.

A respeito da segunda recomendação feita (incluir informações sobre quem seria responsável para coletar e fornecer informações de um plano de monitoramento para cada indicador), **Stoney Pinto** comentou que o responsável em coletar a informação seria o departamento de monitoramento do IMC. **Pável Jezek** informou sobre o manual de monitoramento elaborado em 2013 com o apoio do Imaflores, contendo um gráfico que mostrava o ciclo de monitoramento, com responsabilidades compartilhadas entre Ceva e IMC. **Aurélie Lhumeau** explicou que essa recomendação se referia a quem tem a informação; as fontes.

Pável Jezek concordou que isso precisaria ser definido. Explicou que a composição da Ceva tem a Sema representada, a Seaprof representada, instituições que já seriam fontes de informações importantes para o monitoramento. Apontou que seria necessário ter uma operação que facilitasse o acesso a essa informação. **Joci Aguiar** destacou que essa operação seria feita pela Secretaria Executiva, no IMC. E foi sugerido que a coleta nesse caso incluiria a organização da informação.

Pável Jezek solicitou retomar a discussão sobre o poder de decisão da Ceva, tendo como referência o Regimento Interno, onde encontrou várias menções a decisão, voto, votação, o que o fez defender que no

âmbito do SISA, a Ceva tem poder de decisão. **Joci Aguiar** confirmou que a Ceva é uma instância deliberativa e faz prestação de contas aos três conselhos, a título de informação. Foi acrescentado que tal apresentação não torna possível reverter a decisão que tenha sido tomada pela Ceva. Lembrou ainda que a principal discussão quando da formação da Ceva foi a do número de componentes, pois se tivesse que haver uma deliberação em um colegiado grande tornaria o processo praticamente inviável. Esse debate culminou no número de oito instituições para compor uma comissão que fosse deliberativa (limitada ao âmbito do SISA).

Aurélie Lhumeau passou à questão da participação efetiva dos titulares de direitos e atores das consultas. Relatou os pontos fortes e os fracos identificados. Apresentou as recomendações: fornecer cópias dos documentos antes da realização das consultas; incentivar representantes a fornecer informações aos seus representados, buscando a opinião deles e dedicar tempo suficiente ao processo.

A questão seguinte se referiu a qualidade dos processos de revisão para incorporar os comentários dos setores. Apresentou os pontos fortes e os fracos. Recomendou publicar uma compilação completa dos comentários recebidos e como eles foram abordados na revisão dos indicadores do Relatório de Autoavaliação. Considerou que o processo foi muito bem avaliado, portanto essa recomendação visava sugerir adoção de uma boa prática para melhorar a transparência.

Em continuação, **Aurélie Lhumeau** expôs a última pergunta, a respeito da transparência e acessibilidade da informação. Para esse assunto recomendou desenvolver uma funcionalidade no sítio web para permitir que os atores se inscrevessem e recebessem atualizações automáticas; publicar documentação de 2014 sobre a Ceva; publicar todos os planos futuros relacionados sobre avaliação e revisão das salvaguardas para proporcionar uma rotatividade aos atores de participar e também comunicar o processo de avaliação do projeto para os proponentes de projeto. Ponderou que se tratou de compartilhar a informação, mas ficou compreendido que o IMC estaria trabalhando no momento em desenvolver um novo sítio web para permitir que a informação fosse atualizada.

Joci Aguiar comentou ter recebido muitas reclamações pelo fato de as atas e relatórios não estarem inseridos no *site*, para acompanhamento. E reiterou que isso precisava ser revisto, em função de um processo mais transparente, de inclusão; o *site* precisava ser sempre alimentado com novas informações.

Aurélie Lhumeau prosseguiu, com a análise da segunda parte do relatório, que tratou da aplicação do processo RED+SES definido nas diretrizes, nos dez passos.

O primeiro passo do processo “Conscientização e capacitação dos atores sobre os aspectos sociais e ambientais de REDD” foi realizado durante todo o processo de interpretação dos indicadores e se reconheceu que houve várias oficinas com diferentes tipos de atores incluindo governo, sociedade civil, seringueiros, pequenos agricultores, povos indígenas e organizações de mulheres.

Quanto ao segundo passo “Estabelecer uma equipe facilitadora”, afirmou que pequenas variações das diretrizes eram improváveis de afetar significativamente a qualidade da realização das salvaguardas, visto que havia uma integração muito forte da Ceva com a equipe facilitadora.

Prosseguiu, a respeito da etapa 3: Criar um comitê de padrões. Disse não ter havido variação significativa das diretrizes. Comentou sobre a criação do Grupo de Trabalho Indígena e sobre a Ceva ter um regimento interno.

Da etapa 4 – Desenvolver um Plano para o Processo da Iniciativa REDD+SES – foi considerado que houve pequenas variações, que seriam improváveis de afetar significativamente a qualidade da avaliação. Mencionou um plano de ação interno para salvaguardas, que foi desenvolvido pela Care, mas não foi oficializado nem publicado ou mostrado aos setores. Relatou que a razão disso foi que a Ceva naquele momento ainda não havia sido criada. Disse que se tratava de contextualizar o motivo de o plano não ter sido aprovado pela Ceva e publicado.

A respeito da etapa 5 – Desenvolver minutas dos indicadores específicos para o Acre – disse ter havido pequenas variações, pois ocorreram algumas mudanças nos critérios REDD+SES, que não eram permitidas. Só seria permitido fazer mudanças nos indicadores. As mudanças teriam resultado numa simplificação e menor abrangência da comunicação relacionada à ocorrência do Programa REDD, o Programa ISA Carbono. Considerou que o processo desenvolvido foi responsivo e incorporou os comentários dos atores. Finalizou dizendo que não tiveram um plano de como fazer as consultas, no processo todo, mas o processo aconteceu, foi considerado bom e houve comentários de que foram incluídos indicadores.

Pável Jezek perguntou se as mudanças haviam sido informadas. **Aurélie Lhumeau** respondeu positivamente. **Pável Jezek** perguntou também se não houve problemas de tradução. **Joci Aguiar** esclareceu que no processo de adaptação de indicadores, foram feitas algumas propostas que não faziam parte dos padrões e foram encaminhados para avaliação. Ao terem a resposta, declarou que tiveram que fazer algumas adaptações para serem incluídos nos padrões internacionais.

Aurélie Lhumeau se posicionou sobre as minutas dos indicadores, que continham mudanças em alguns critérios e havia decisões de excluir critérios porque iriam ser incluídos indicadores. No entanto, o critério todo incluído no indicador não estaria abrangendo totalmente os detalhes que teriam. Concluiu que foram verificadas essas mudanças, mas elas não haviam afetado a avaliação.

Prosseguiu, com a etapa 6: organizar consultas sobre os indicadores. Comentou conter pequenas variações porque a metodologia da oficina não permitiu aos titulares de direitos e os atores coordenarem suas opiniões. Os representantes não tiveram suficiente tempo para discutir e depois prover comentários. Observou que não houve uma tabela de comentários recebidos em cada reunião e uma explicação de como os comentários foram abordados nos indicadores. Então concluiu que os comentários foram incluídos, mas não havia um relatório disso. Repetiu que se tratavam de duas pequenas coisas que não haviam afetado a qualidade da avaliação, e constituíam recomendações para o futuro.

Para a etapa 7 “Preparar um plano de monitoramento e avaliação”, identificou pequenas variações. O plano de monitoramento apresentou uma lista de questões, que não tinham o âmbito do monitoramento definido em um período de tempo e quais eram os indicadores a serem monitorados em um primeiro momento; também não foi incluída a informação necessária e a metodologia para seguir avaliando o desempenho geral; e não foi identificada a informação específica necessária para cada período da avaliação.

A respeito da etapa 8 “Coletar e avaliar a informação de monitoramento”, considerou que houve variações que poderiam afetar a qualidade da avaliação de salvaguardas, porque a falta de detalhes no plano de monitoramento sobre as informações específicas a serem coletadas e métodos para coletar levaram ao método de avaliação que necessitaria de explicação detalhada do desempenho que obtivesse o operador de avaliação. Também comentou que o relatório de avaliação não forneceu a descrição do processo

adequado para utilização da Iniciativa, em particular detalhando como a participação e inclusão haviam sido asseguradas. Explicou que nesse caso havia dois pontos: primeiro, para a observação de que os indicadores apontados como cumpridos, não cumpridos ou parcialmente cumpridos, faltava explicação do porquê; e o segundo, que não houve um processo detalhado de envolver a participação dos atores, ou como eles haviam sido incluídos no processo.

Em seguida abordou a etapa 9: Organizar a revisão do relatório preliminar da avaliação do desempenho pelos atores. Detectou pequenas variações porque a consulta pública foi de trinta dias, em vez de sessenta. No entanto, foram realizadas oficinas para facilitar os comentários dos atores envolvidos, o que permitiu reforçar o Relatório de Autoavaliação e houve uma oficina que permitiu aos atores prover e tecer outros comentários.

Pável Jezek perguntou se o prazo de sessenta dias era um padrão internacional. **Aurélie Lhumeau** respondeu que sim, explicou que existe uma aliança em nível internacional, para padrões sociais e ambientais, que dá um quadro para as práticas de desenvolvimento de padrões sociais e ambientais, tendo uma série de boas práticas. Uma delas é a de ter dois períodos de consulta pública, sendo um de sessenta dias e um segundo de trinta dias.

Considerando a etapa 10 “Publicar o relatório de autoavaliação”, explicou que no momento da revisão (em maio) o relatório ainda não estava publicado, sendo que a aprovação dele ocorrera em novembro do ano anterior. Esclareceu que essa informação seria atualizada, visto que o relatório já estava publicado no portal do IMC. Informou que se estava trabalhando em um formato para divulgá-lo para mais setores. E finalizou essa abordagem.

Pável Jezek informou sobre os prazos acordados para os próximos passos. **Aurélie Lhumeau** sugeriu encaminhar a versão 2 do relatório, contendo as recomendações da Ceva, até o dia seguinte; os membros da Ceva teriam até dia 18 para acrescentar novos comentários; o IMC teria mais três dias para devolver o relatório. Dia 27 de agosto haveria reunião para validar esse documento consolidado.

2. Avaliação e finalização da colheita de resultados (exercício de identificação de resultados relevantes em relação às salvaguardas)

Passou para a segunda parte, que tratava da avaliação de resultados do processo de salvaguardas no Acre. Houve consultoria contratada para realizar essa avaliação, com o objetivo de identificar as mudanças que aconteceram e os resultados aprendidos durante o processo de desenvolvimento das salvaguardas; prover equilíbrio dos benefícios de uma abordagem dos processos participativos e compreensivos para salvaguardas. A ideia é que essa dinâmica de identificação de resultados possa fortalecer o processo de salvaguardas e também que os membros possam usar esses resultados, para demonstrar os impactos positivos do processo para construir apoio a outros atores, ou para usar como ferramenta de comunicação.

Explicou que, para cada resultado, a ideia foi identificar duas ou três partes: o que mudou, quando, onde. O significado de cada resultado foi aquele considerado importante para a sociedade civil; o que foi importante para o governo; e a contribuição: se a participação do Acre na Iniciativa contribuiu ou se houve outras contribuições para aquele resultado. Deu o exemplo da criação do Grupo de Trabalho Indígena para assessorar sobre o SISA. O resultado pertinente apontado é que, a partir de 2011, e oficialmente em 17 de outubro de 2012, a Ceva do Estado do Acre criou um grupo de trabalho indígena, como um subgrupo para

prover mecanismo de voz de controle social no SISA, porque os povos indígenas não estavam representados na Ceva. O significado é que isso ajudou um grupo importante, marginalizado, a participar mais efetivamente do desenvolvimento de políticas e aprovação das ações para implementação do SISA. A contribuição foi que a Ceva criou um grupo de trabalho, em parte porque as diretrizes do RED+ SES ressaltam a importância de conduzir consultas com povos indígenas.

Em seguida, considerou que já haviam sido identificados os resultados, então solicitou que Pável Jezek abordasse os resultados discutidos na última reunião. Sugeriu complementar os resultados, ou talvez identificar resultados adicionais que não estivessem mencionados e identificar a importância do resultado para a sociedade civil e, ou para o governo.

Pável Jezek apresentou uma planilha com o questionamento de relação causa e efeito, integral ou parcial, ou se o que aconteceu teve outra causa, portanto sem relação com o uso de salvaguardas. Explicou a metodologia de trabalho do consultor contratado, que realizou entrevistas pelo telefone ou internet. Informou que selecionou em verde os resultados que considerou mais relevantes.

Aurélie Lhumeau propôs avaliar o que havia mudado com o uso de salvaguardas.

Foi comentado o resultado “As organizações indígenas manifestam sua frustração sobre a falta de oportunidade para se envolver com o SISA”. **Pável Jezek** disse haver grupos envolvidos e outros que não se envolviam, mas defendeu que a manifestação de frustração só teria relação parcial com o uso das salvaguardas. Argumentou que se poderia considerar que se as salvaguardas não estavam beneficiando esse grupo, deveria haver outra causa. Os membros disseram que isso não teve causa com salvaguardas, mas que foi colocado por um grupo que é contra a questão dos serviços ambientais. Sugeriram alterar o quadro, apontando outra causa para esse resultado.

A respeito do resultado “Membros do colegiado dos conselhos, representantes da sociedade civil elegem quatro representantes para a Ceva”, **Joci Aguiar** comentou que os quatro representantes da Ceva não haviam sido eleitos por causa das salvaguardas. Pois as salvaguardas só foram construídas depois das eleições. **Pável Jezek** questionou se o motivo da eleição dos membros da Ceva não teria sido para monitorar o uso das salvaguardas. Foi comentado que a eleição estava relacionada ao SISA como um todo e não relacionada diretamente às salvaguardas. Diante disso, **Aurélie Lhumeau** sugeriu especificar que se tratava de uma relação apenas parcial, desse resultado com salvaguardas, pois as eleições incluiriam as salvaguardas, mas não eram integralmente causadas pelo processo de salvaguardas. **Pável Jezek** comentou que às vezes a descrição do resultado não se apresentava muito clara.

Do resultado “Ceva cria GT Indígena para assessorar no SISA”, **Pável Jezek** sugeriu que fosse reconhecido o esforço que o Estado do Acre fez antes do SISA. Já tinha uma Assessoria Especial de Políticas para Povos Indígenas, sem se pensar nessas salvaguardas. Mas, pensava-se em benefício geral de grupos marginalizados. **Aurélie Lhumeau** acrescentou que uma das responsabilidades do GT Indígena seria assessorar sobre salvaguardas. A relação a ser anotada, então, seria a parcial.

Pável Jezek passou ao próximo resultado: o banco KfW aprovou dezesseis milhões de euros para o SISA. Comentou que isso não havia se dado apenas pelas salvaguardas, que ajudaram na credibilidade do sistema. Portanto, a relação foi parcial.

Do resultado “os oito membros da Ceva aprofundam o seu envolvimento no SISA”, considerou haver uma relação parcial desse resultado com o uso de salvaguardas, visto que o SISA seria tema mais abrangente do que as salvaguardas.

Quanto ao resultado “IMC realiza encontro com Imaflora, para desenho do processo de implementação e monitoramento de salvaguardas”, considerou que isso era o início do manual e era um resultado (ter um manual de monitoramento junto com o Imaflora) que estaria repetido três vezes, em termos de: aprovação, publicação e cooperação.

Cristina Lacerda perguntou sobre o monitoramento. Disse que quando havia sido feito o investimento, ele não teria sido sobre salvaguardas, e perguntou se uma vez cumpridas as salvaguardas, seria possível a aprovação de recursos do KfW para realizar o monitoramento.

Foi esclarecido que o objetivo principal seria a redução de emissões, mas com cumprimento das salvaguardas.

Pável Jezek comentou que o monitoramento não aparecia naquele formato do trabalho de salvaguardas, como definição de monitoramento; aparecia na forma de indicadores. Relatou que, além da redução de emissões por desmatamento, estaria colocado no marco lógico dos contratos: número de beneficiários, número de parcerias financeiras futuras, número de subprogramas desenvolvidos dentro do programa ISA Carbono. Disse que, na realidade havia se precipitado, pois no contrato não se falava de salvaguardas, mas do cumprimento de metas e monitoramento de indicadores, que na realidade teria papel de salvaguardas.

Aurélie Lhumeau perguntou se os membros da Ceva identificavam outros resultados relacionados ao processo de salvaguardas. **Joci Aguiar** disse ser difícil responder a essa pergunta, porque não fizeram visitas de campo, ficaram reunidos revisando princípios, construindo indicadores das salvaguardas, o manual de monitoramento, as planilhas da distribuição dos benefícios. No entanto, identificou o processo iniciado em junho com o seminário “Gênero, florestas e mudanças climáticas” realizado com apoio do WWF e IMC, em parceria com a Universidade da Flórida e a SEP Mulheres, como um resultado do processo das salvaguardas.

Aurélie Lhumeau perguntou sobre o envolvimento do WWF para apoiar o IMC. **Ricardo Mello** respondeu que se tratava de uma decisão de fortalecer o processo de salvaguardas de forma sistematizada; afirmou ter sido decisão do IMC por ter esse apoio. Citou que eles tinham um acúmulo que fazia com que ficassem mais confortáveis diante de situações como a da manifestação na COP20; isso havia fortalecido o papel deles.

Pável Jezek falou do Dia do Acre na COP20, em que a participação não se restringiu apenas a autoridades, mas inseriu no debate representantes indígenas, beneficiários do Programa REM, como produtores rurais. Respondeu que isso estaria ligado ao processo de salvaguardas, com a divulgação dos meios de vida das comunidades que vivem na floresta; do uso sustentável dos recursos naturais, mais diversificado; da participação de grupos de atores relevantes.

Aurélie Lhumeau perguntou desde quando houve a ideia de criação do Grupo de Trabalho de Gênero. **Joci Aguiar** respondeu que foi identificada a necessidade de criar esse GT desde 2012. Declarou também que havia demanda de fortalecer a participação de trabalhadores rurais e extrativistas dentro da Ceva; relatou terem aventado a possibilidade de criar um GT desse segmento. Mas, com a rotina atropelada pela

análise da legislação e de outros documentos, eles não tinham visto como amadurecer e implementar essas questões.

Pável Jezek lembrou que os extrativistas eram beneficiários do chamado subsídio, preferencialmente denominado incentivo e que correspondia a uma diferença de preço para permitir a permanência das atividades. Falou da cadeia que estava sendo desenvolvida, a cadeia produtiva da borracha, que beneficiava tanto famílias extrativistas, como outras famílias que viviam nas cidades, com empregos na fábrica de beneficiamento do látex. Defendeu ser um exemplo interessante porque envolvia vários ambientes de trabalho e de meios de vida. As salvaguardas seriam as condições de sobrevivência, visto que evitaria o processo migratório para outras atividades. Disse tratar-se de uma política que implementa salvaguarda dos meios de vida, por meio do pagamento do incentivo. Respondeu a Aurélie Lhumeau que essa política é implementada pelo Estado, através da Seaprof e da Funtac, naquele momento com recursos do KfW.

Stoney Pinto falou da atividade da piscicultura. **Pável Jezek** ressaltou que essa atividade era relevante porque era voltada para cooperativas de pequenos piscicultores, permitindo então participação e desenvolvimento econômico de famílias.

Foi identificada também a intensificação do desenvolvimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas, por meio do pagamento de uma bolsa (com recursos do KfW) para manterem e multiplicarem conhecimentos tradicionais a integrantes de outras comunidades. **Fernanda Fonseca** lembrou que essa atividade também promovia segurança alimentar.

Aurélie Lhumeau propôs encaminhar a nova tabela dia 20, para que os membros pudessem revisar e fazer comentários.

Foi comentado sobre a experiência do projeto Sinal Verde, como uma forma de beneficiar as comunidades locais com tecnologia e com gestão de informação que depois iria ser útil para as próprias comunidades tomarem decisões. O aumento de participação por meio de informação qualificada, além de qualificar o monitoramento, dava o retorno sobre as políticas públicas.

Joci Aguiar assinalou que não deu tempo de abordar a mini sessão de práticas de comunicação. Chamou atenção de todos para as tarefas que deveriam ser realizadas até o próximo encontro, no dia 27 de agosto e encerrou a reunião.

Encaminhamentos:

- Pável Jezek foi indicado para assumir o papel de representante local junto ao IMC, para facilitar a divulgação dos processos de salvaguardas.
- A Secretária Executiva da Ceva foi identificada como responsável pela coleta e organização das informações.
- A versão 2 do relatório, contendo as recomendações da Ceva, deverá ser encaminhada até o dia seguinte a essa reunião aos membros da Comissão, que teriam até o dia 18 para acrescentar novos comentários. O IMC teria mais três dias para devolver o relatório à Aurélie. E a data de 27 de agosto foi pré-agendada para realização da reunião de validação do relatório consolidado.

- As considerações apresentadas por Pável Jezek sobre os resultados relacionados ao uso de salvaguardas foram aprovadas pelos membros da Ceva, da forma descrita a seguir. Relação integral: IMC e Care começaram a funcionar como equipe de facilitação do processo; IMC iniciou divulgação da experiência do Acre em eventos internacionais; o governo do Acre se envolveu na institucionalização de REDD+ SES; Sema realizou uma cooperação com Care para desenvolver indicadores para o monitoramento; Sema e IMC desenvolveram indicadores específicos no Acre para monitoramento do SISA; Ceva fez recomendações ao Projeto Purus, com base nas salvaguardas do SISA, como piloto; diferentes atores abraçaram e empoderaram-se da aplicação de salvaguardas no SISA, através de um processo de dois anos de construção de indicadores; Ceva aprovou manual de monitoramento do SISA; IMC realizou encontro com Imaflores, para desenho do processo de implementação e monitoramento de salvaguardas. Relação parcial: membros do colegiado dos conselhos, representantes da sociedade civil elegeram quatro representantes para a Ceva; Ceva criou GT Indígena para assessorar no SISA; o banco KfW aprovou dezesseis milhões de euros para o SISA; o Estado nomeou seus representantes para a outra parte de membros da Ceva; os oito membros da Ceva aprofundaram o seu envolvimento no SISA; deu-se o segundo contrato com o KfW, compreendendo nove milhões; a Ceva elaborou relatório de atividades e resultados; GT Indígena aprovou Carta de Princípios; o governo do Acre aplicou milhões do Programa REM para apoiar terras indígenas, além de outros recursos para extrativistas e produtores familiares, em 2014. Sem relação com o uso de salvaguardas: aprovação da lei do SISA, pela Assembleia Legislativa; ajuda humanitária pela Care, em 2012, para afetados por enchentes; Semeia (Secretaria Municipal de Meio Ambiente) iniciou projeto na Bacia do Riozinho do Rola; organizações indígenas manifestaram sua frustração sobre a falta de oportunidade para se envolver com o SISA.
- Foram identificados, pelos membros da Ceva, os seguintes resultados adicionais aos apresentados pelo Relatório da Colheita de Resultados: o processo de construção do Grupo de Trabalho de Gênero, iniciado em junho (2015) com a realização do seminário “Gênero, florestas e mudanças climáticas”; a intensificação do desenvolvimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas, para manterem e multiplicarem conhecimentos tradicionais a integrantes de outras comunidades, além de contribuírem com a segurança alimentar.
- A nova tabela de resultados deverá ser encaminhada aos membros da Ceva, para revisão e comentários, no dia 20.

Participantes:

Joci Aguiar (GTA)

Ricardo Mello (WWF)

Fernanda Fonseca (Embrapa)

Cristina Lacerda (Sema)

Aurélie Lhumeau (CCBA)

Stoney Pinto (IMC)

Larissa Barbosa (IMC)

Pável Jezek (IMC/WWF)